

AUTORIDADE EPISTÊMICA E EXPERT: UM CONTRASTE

EPISTEMIC AUTHORITY AND EXPERT: A CONTRAST

Vinícius Schoenell dos Santos¹

Resumo: Ao longo da história da filosofia, muito se discutiu acerca do papel da autoridade em termos práticos, políticos, da moral, etc. Pouco se voltou a atenção para uma forma de autoridade estabelecida a partir do domínio epistêmico, de forma a perceber como esse tipo de autoridade opera em uma relação com um leigo. Linda Zagzebski procurou fundamentar esse tipo de autoridade e tentou, de maneira razoavelmente bem-sucedida, sintetizar esse conceito em um argumento conciso e que visasse dar conta de explicar essa forma de autoridade de maneira ampla. Embora o argumento de Zagzebski tenha trazido muitos ganhos para uma discussão sobre o papel da autoridade epistêmica, a arguição da autora sobre esse tipo de autoridade não parece suficiente para explicar todos os fenômenos que abrangem a relação de um leigo para com alguém que detém mais conhecimento, principalmente quando esse alguém é um expert ou alguém extremamente qualificado em um determinado domínio. Para contrastar essas duas figuras, ou seja, a figura da autoridade epistêmica e a figura do expert, procurar-se-á, neste artigo, evidenciar as definições de cada uma delas, salientando onde diferem-se e quais as possíveis implicações pensadas em relação a essas autoridades, mostrando que, por fim, uma autoridade epistêmica é uma forma de autoridade particular e que não possui força institucional, como a autoridade de um expert, dentro do seu domínio de atuação, e que, tanto a crença em autoridades epistêmicas quanto em experts parecem necessitar de certa reflexividade do leigo para que não incorra em alguma imposição de conhecimento ou de crenças.

Palavras-chave: autoridade epistêmica, epistemologia, Linda Zagzebski, expert

Abstract: *Throughout the history of philosophy, there has been much discussion about the role of authority in practical, political, moral terms etc. Little attention has been paid to a form of authority established from the epistemic domain, in order to understand how this type of authority operates in a relationship with a layman. Linda Zagzebski sought to substantiate this type of authority and successfully attempted to synthesize this concept into a concise argument that aimed to explain this form of authority in a broad way. Although Zagzebski's argument has brought many gains to a discussion about the role of epistemic authority, the author's argument about this type of authority does not seem sufficient to explain all the phenomena that encompass the relationship between a layman and someone who has more knowledge, especially when that someone is an expert or someone extremely qualified in a certain domain. To contrast these two figures, that is, the figure of epistemic authority and the figure of the expert, this article will seek to highlight the definitions of each of them, highlighting where they differ and what possible implications are considered in relation to these authorities, showing, finally, that an epistemic authority is a form of particular authority and that it does not have institutional force, such as the authority of an expert,*

¹ Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail: bep.vss@hotmail.com.

within its domain of activity, and that, both the belief in epistemic authorities and in Experts seem to need a certain reflexivity from the layman so that they do not incur any imposition of knowledge or beliefs.

Keywords: *epistemic authority, epistemology, Linda Zagzebski, expert*

Introdução

Quando se pensa em *autoridade*, pode-se imaginar formas de autoridades que são distintas entre si: autoridades políticas, autoridades jurídicas, autoridades religiosas e morais etc. Diversos pensadores, ao longo da longa história da filosofia, ocuparam-se de tentar compreender essas diferentes formas de autoridade. Entretanto, uma forma de autoridade parece não ter sido devidamente explorada: a autoridade epistêmica².

Linda Zagzebski, recentemente, se ateuve a tentar compreender esse tipo de autoridade com a finalidade de “conciliá-la” com outros valores modernos que, à primeira vista, parecem antagonizar, ou até mesmo rejeitar, essa forma de autoridade. Entretanto, há uma diferença substancial entre o que se toma por autoridade epistêmica e expert. Zagzebski (2012, p. 5) aponta que é usual que epistemólogos usem o termo “autoridade epistêmica” como um sinônimo para se referirem a *experts*. Em essência, experts atuam, de fato, como autoridades epistêmicas, mas parecem possuir um maior status que é, geralmente, institucionalmente legitimado em relação a autoridades epistêmicas por si só. Nos capítulos subsequentes, procurarei definir, inicialmente, o conceito de autoridade epistêmica, seguido do conceito de expert e, por fim, apresentarei algumas diferenças substanciais entre esses dois tipos de autoridades do conhecimento, mostrando que ambas são autoridades, de fato, mas que possuem status epistêmicos distintos.

1. Autoridade Epistêmica

Zagzebski (2012, p. 6) se ocupou em pensar como autoridade epistêmica pode, de fato, ser passível de existir, sem necessariamente contrastar negativamente com os valores da *autonomia* e do *igualitarismo*. Uma relativa parcela dos teóricos, ao longo (e a partir) do período moderno, como ela afirma, assumiram uma posição de que todos os indivíduos adultos normais³ possuem igualmente capacidades epistêmicas básicas, e que são, teoricamente iguais o suficiente nas

² Neste trabalho, consideraremos a sistematização de Linda Zagzebski acerca da autoridade epistêmica como noção base para o entendimento dessa forma de autoridade. Outros pensadores já se empenharam em continuar e aprimorar a discussão proposta por Zagzebski, entretanto, optou-se por não se apropriar de todo esse debate, para fins de objetividade, utilizando apenas deste recorte mais objetivo. John Hardwig, todavia, é usualmente mencionado como um dos pioneiros na construção de um modelo de autoridade epistêmica, em *Epistemic Dependence* (1985), embora já houvesse a ocorrência da discussão em um pequeno artigo de Richard T. De George (1970).

³ Por normal, Zagzebski pretende indicar, no geral, seres humanos com suas plenas capacidades cognitivas funcionais, ou seja, desconsiderando aqueles que possuem alguma neurodivergência forte o suficiente para ser algo significativo em sua agência epistêmica ou em sua capacidade de apreender conhecimento de maneira regular. Porém, isso não deve ser entendido como uma forma de capacitismo. Normal, aqui, representa apenas a condição da agência epistêmica, e não pretende atribuir nenhuma valor existencial aos sujeitos ou a seus status sociais.

condições necessárias para se valer de conceitos epistêmicos como conhecimento, crenças justificadas, dúvidas razoáveis etc. Esse tipo de perspectiva conflita com a ideia da possibilidade da existência de uma figura de autoridade epistêmica, uma vez que estaria implicado nessa posição que os indivíduos estão todos em posição de igualdade quando se trata da obtenção de conhecimento, isto é, existiria um primeiro valor de igualitarismo e, logo, em uma perspectiva de primeira pessoa, um indivíduo seria capaz de obter qualquer conhecimento. Nesse caso, alguém possuir mais conhecimento (ou mais crenças verdadeiras sobre algo) do que outra pessoa, parece não fazer tanta diferença assim em uma perspectiva epistemológica, dado que todos seriam iguais (ou no mínimo equiparáveis) em suas capacidades cognitivas. O segundo valor que Zagzebski (2012, p. 7) conecta com a rejeição da autoridade epistêmica é o da autonomia. Mencionando Robert Paul Wolff⁴, Zagzebski entende que se assume uma ideia de que os indivíduos que são epistemicamente autônomos não necessitam de uma autoridade que lhe forneça crenças melhores que as suas e, logo, se não necessitam de uma autoridade, não haveria sequer a possibilidade da existência de uma autoridade epistêmica. Isso se daria pois, a autonomia, no domínio epistêmico, seria frequentemente tomada como equivalente ao conceito de autoconfiança ou autossuficiência epistêmica (*self-reliance*). Entretanto, “[...] se os outros são iguais a mim, parece que não tenho razões para desconfiar das crenças tomadas deles devido à inferioridade de seus poderes” (Zagzebski, 2012, p. 7), isto é, não se possui razões, inicialmente, para crer que as crenças dos outros são piores que as próprias crenças do indivíduo.

Com isso, Zagzebski (2012, p. 8-26) coloca que a autoconfiança epistêmica seria um conceito interligado à ideia de autoridade epistêmica. Se um indivíduo julga que sistematicamente é capaz de produzir boas crenças, afinal, é natural que uma pessoa se julgue altamente competente em formar boas crenças ou crenças verdadeiras e, então ele deve confiar em si mesmo, no sentido que se julga competente na realização desse processo de formação de crenças que tem por princípio serem verdadeiras (e justificadas). Entretanto, esse tipo de raciocínio, guiado por um viés solipsista⁵, pode facilmente conduzir ao erro.

⁴ Robert Paul Wolff apresenta em *In defense of anarchism* (1998, primeira edição 1970) uma defesa de que a autonomia e a autoridade são conflitantes, e que o único arranjo político aceitável seria o anarquismo. Zagzebski (2012, p. 7) aponta que nunca ouviu ninguém chamar a rejeição sistemática da autoridade epistêmica de anarquismo epistêmico, mas suspeita que se o argumento de Wolff fosse aplicado ao domínio da crença, haveria, possivelmente, muitos que iriam aderir a essa abordagem.

⁵ Pode-se, aqui, entender “viés solipsista” como um viés que afirma (ou reforça) uma certa tendência cognitiva, na qual um indivíduo interpreta o mundo ao seu redor de forma excessivamente autocentrada.

Assim, seria racional para um indivíduo compreender que ele não está em uma boa posição epistêmica se tentar chegar a respostas ou a crenças em determinados domínios por conta própria e, logo, é coerente pensar:

[...] que não posso obter as mesmas crenças por conta própria, ou só posso obtê-las diretamente de uma maneira menos confiável. Nesses casos, mesmo quando considero o risco de erro na comunicação, confiar nas faculdades de outra pessoa é mais confiável do que usar minhas faculdades diretamente. (Zagzebski, 2012, p. 12).

Dessa forma, há casos, então, que o sujeito possui razões *prima facie*⁶ para confiar em crenças que são externas a ele, isto é, crenças de outras pessoas⁷. Zagzebski (2012, p. 55) afirma que se um indivíduo tem capacidade de pensar que pode chegar a crenças verdadeiras e, logo, consegue chegar a crenças verdadeiras, é absolutamente racional ao indivíduo pensar que os outros indivíduos passam pelo mesmo processo epistêmico de chegar, também, a estes resultados. Se o outro, então, como afirma Zagzebski (2012, p. 56-57) consegue passar pelo mesmo processo interno e chegar a conclusões verdadeiras, suas crenças são tão legítimas quanto as do próprio indivíduo. Logo, pode haver situações em que o indivíduo se julgue menos epistemicamente privilegiado que o outro e, então, ele pode vir, eventualmente, a ter de confiar em outra pessoa na obtenção de alguma crença.

Assim, havendo uma disparidade evidente, reconhecida pelo próprio sujeito, acerca das suas crenças quando em relação com as crenças de outrem, isto é, quando o sujeito sabe que possui menos confiabilidade em chegar à determinada conclusão ou crença verdadeira se acreditar unicamente em si mesmo, o sujeito reconhece o outro (que julga possuir mais crenças verdadeiras do que ele próprio) como uma autoridade epistêmica (em relação a si mesmo). Para que isso se justifique, Zagzebski busca na tese de Joseph Raz⁸ algumas bases para sustentar o funcionamento da autoridade epistêmica. Das teses de Raz, Zagzebski, apropria-se de três teses principais, sendo elas: a *tese da preempção*, a *tese da dependência* e a *tese de justificação normal*⁹, e cria teses análogas¹⁰ para poder aplicar os princípios apresentados por Raz ao domínio epistêmico.

⁶ J. R. Fett (2022, p. 25) define razão *prima facie* como sendo “uma justificação que se tem pura e simplesmente considerando as evidências que a fornecem ou o modo de formação de crenças que a faz emergir”, *i.e.*, existe um tipo de razão que permite que se creia que uma crença externa ao sujeito é verdadeira, sem necessariamente exigir que esta crença dependa de evidências diretas para se possa aceitá-la.

⁷ Neste ponto, fica evidente o ponto de Hardwig (1985) com sua tese sobre a dependência epistêmica: não podemos formar crenças unicamente de forma cartesiana. Dependemos, fortemente, de certa abertura e receptividade para apreender crenças externas, isto é, crenças *dos outros*.

⁸ A saber, Raz apresenta essas teses em sua obra *The morality of freedom* (1986).

⁹ No original, na mesma ordem: *preemption thesis*, *dependency thesis* e *normal justification thesis*.

¹⁰ Zagzebski cria teses análogas as de Raz justamente pelo fato de Raz pensar a autoridade em um campo prático (também, jurisdicional, onde a autoridade, no caso, está legitimada por um sistema legal que a torna uma autoridade

A tese da preempção de Raz afirma que o fato de que uma autoridade requisitar que determinado ato seja realizado é, *per se*, razão suficiente para que tal ato seja performado, substituindo qualquer outra razão que seja relevante (ao sujeito a qual a diretiva é encaminhada) e não simplesmente acrescente-se as razões da autoridade às próprias razões, isto é, segue-se a diretiva de forma não deliberada e isso é, por si só, justificado pelo *status* da autoridade. Zagzebski apresenta sua versão análoga desta tese como: “o fato de que uma autoridade tem uma crença *p* é razão para mim acreditar que *p* substitui minhas outras razões relevantes para acreditar em *p* e não simplesmente as acrescente” (Zagzebski, 2012, p. 107).

Ou seja, se um indivíduo reconhece em outra pessoa autoridade epistêmica sobre determinado domínio ou assunto, ele possui, de maneira justificada, razões para adotar ou apreender a crença da autoridade, em detrimento de sua própria crença.

Já a tese da dependência de Raz (1988, p. 47) imputa que uma autoridade emite diretivas de forma legítima e essas diretivas devem estar fundamentadas em razões que já sejam válidas e aplicáveis para aquele que está subalterno, mesmo antes da emissão da diretiva. A tese análoga a esta tese supracitada que Zagzebski apresenta é o que ela chama de *tese da dependência para a autoridade da crença de outrem*¹¹: “Se a crença *p* da autoridade epistêmica putativa é autoritativa pra mim, ela deve ser formada de um jeito que eu vá conscienciosamente acreditar que é merecedora de emulação” (Zagzebski, 2012, p. 109). Em outras palavras, se o sujeito reconhece no outro o status de autoridade epistêmica, então deve-se assumir que o que a autoridade comunica ao sujeito, ou seja, aquilo que a autoridade expressa como crença, é melhor para o sujeito, *per se*, do que as crenças que o sujeito possuía ou os resultados que o sujeito chegaria caso tentasse alcançar essas crenças por conta própria e, então, o sujeito deve compreender que essas crenças são mais prováveis de serem verdadeiras do que as dele próprias e, conseqüentemente, são crenças que merecem serem incorporadas pelo sujeito, em detrimento das próprias crenças.

A tese de justificação normal aponta que o modo normal de estabelecer que uma pessoa X tem autoridade sobre outra pessoa Y é demonstrar que o Y é provavelmente mais apta ou melhor em obedecer às razões que a ele são dadas, se Y aceitar as diretrizes dessa autoridade X como obrigatórias e tentar segui-las, ao invés de tentar seguir as razões que se aplicam diretamente a ela, Y, *i.e.*, a autoridade está justificada se Y está em uma condição mais favorável de seguir a razão correta *se* seguir as diretrizes da autoridade, ao invés de seguir seus próprios julgamentos sobre o que a razão correta inquire. O análogo que Zagzebski (2012, p.110-111) apresenta é o que ela

reconhecida pelo direito). Para a autoridade epistêmica, então, Zagzebski reformula as acepções de Raz e desloca seu sentido para o domínio epistêmico.

¹¹ No original: “dependency thesis for the authority of another’s belief”.

chama de JABs¹², ou *teses de justificação para a autoridade da crença*. A primeira tese (JAB 1) expressa que a autoridade de outrem é justificada por uma reflexão ou julgamento que o sujeito faz de que a própria crença pode vir a ser mais confiável e verdadeira em relação a uma determinada crença se ele confiar nas crenças do outro (aquele que o sujeito considera como autoridade). A segunda tese (JAB 2) afirma que a autoridade da crença de outra pessoa está justificada pela própria reflexão conscienciosa do indivíduo de que é mais provável que essa crença (apreendida do outro) sobreviva ao seu *processo reflexivo* e ele chegue a uma crença que seja verdadeira sobre o determinado tema, assunto ou domínio. A JAB 2, para Zagzebski (2012, p. 111), parece ser um tipo mais básico de justificação para a autoridade epistêmica, pois forneceria razões suficientes para que se obtenha uma crença *p* de outro, substituindo a própria crença (do sujeito) por essa crença *p* da autoridade, uma vez que o processo que sustenta a JAB 2 implica que o sujeito delibere em autorreflexão sobre a probabilidade dessa crença produzir melhores resultados caso ele a considere.

As JABs não seriam suficientes para justificar a tomada de crença de uma autoridade não qualificada (Zagzebski 2012, p. 111), por exemplo, porque uma diferença pequena entre o sujeito e a autoridade não indica ser suficiente para basear a autoridade, mas, se a autoridade está em uma melhor posição epistêmica de chegar ou produzir crenças verdadeiras, o sujeito pode *conscienciosamente* julgar que a autoridade está em melhor posição do que ele, e, então, ele reconhece a autoridade na autoridade epistêmica pois ele assim a elegeu¹³. Zagzebski (2012, p. 111) afirma que “o ponto da autoridade epistêmica é me auxiliar a acreditar conscienciosamente”, ou seja, a função primária da autoridade epistêmica é fornecer crenças para que o indivíduo (usualmente leigo no assunto) possa acreditar no que a autoridade acredita de maneira justificada e possa apreender para si tais crenças de maneira, também, justificada, de modo que tal apreensão é realizada a partir de um processo consciente de compreensão de que a crença daquele que foi eleito como autoridade epistêmica para o sujeito seja mais provável de ser verdadeira do que a dele própria e que vá sobreviver a sua reflexão (ou julgamento) conscienciosa sobre essa crença em questão.

Também, Zagzebski (2012, p. 113), deixa claro que acreditar, ou apreender para si, as crenças da autoridade, não implica diretamente em abdicar de absolutamente todas as crenças relacionadas o

¹² JAB, no original, é a sigla para *Justification thesis for the authority of belief*. Zagzebski apresenta 2 versões das JABS, que são apresentadas como *justification thesis 1 for the authority of belief* (JAB 1) e *justification thesis 2 for the authority of belief* (JAB 2).

¹³ Para ver uma crítica mais substancial sobre as JABs e as formas de justificação apresentadas por Zagzebski, ver Wright (2016) e Jäger (2016).

que está em questão, mas, especificamente, sobre aquelas crenças em evidência que a autoridade direcionou para o leigo.

Em suma, a autoridade epistêmica, para Zagzebski, é justificada enquanto tal, pois, além de conciliar os valores da autonomia e igualdade epistêmica (quando evoca os princípios de Raz e os aplica ao domínio epistêmico, Zagzebski mostra que é possível continuar sendo um sujeito autônomo, mesmo dependendo de outros para a formação de crenças, e, também, que se é possível uma igualdade epistêmica, mesmo outros possuindo diferentes conhecimentos e diferentes capacidades de obtenção de crenças verdadeiras), a autora também constroi uma base relativamente adequada para se pensar o fenômeno que expressa um tipo de autoridade que é legitimada e justificada apenas para o indivíduo que elege-a como, de fato, uma autoridade epistêmica, o que, por si só, relaciona-se primordialmente com a tese de Hardwig, sobre a dependência epistêmica dos indivíduos.

Há outra forma de autoridade do conhecimento, entretanto, que usualmente é tomado como sinônimo de autoridade epistêmica, mas que dela se diferencia por algumas características: o *expert*. O próximo capítulo será dedicado a compreender essa figura, onde estabeleceremos, resumidamente, o que expressa, de fato, a ideia de expert e como a expertise epistêmica se diferencia das bases da autoridade epistêmica.

2. Expert

Distintamente da figura da autoridade epistêmica¹⁴, o expert, em tese, deve possuir um conhecimento maior sobre determinado domínio D, e possuir certa legitimação institucional (geralmente acadêmica) referente a sua área de atuação. Michael Croce oferece uma breve definição do tipo de habilidade que os experts necessitam ter para lidarem com as demandas provindas do *status* de expertise. Croce nomeia essas capacidades de *habilidades orientadas para experts* (*expert-oriented abilities*), que seriam “virtudes que permitem a um expert ou autoridade explorar seu fundo de conhecimento para encontrar e enfrentar novos problemas em seu campo de especialização” (Croce, 2018, p. 494). Exemplos desses tipos de virtudes seriam curiosidade intelectual, criatividade intelectual, ter a mente aberta, coragem intelectual, firmeza, autonomia etc. Essas habilidades seriam necessárias para que um expert faça seu trabalho de pesquisa, por

¹⁴ Um expert poderia ser considerado, *per se*, uma autoridade epistêmica sobre seu domínio de expertise. Entretanto, esse status da autoridade epistêmica do expert deverá ser mais elaborado em trabalhos posteriores, uma vez que, aqui, nos apropriaremos apenas da ideia de que um expert já possui um status de autoridade epistêmica *geral*, sem necessitar que essa autoridade seja fundamentada em pressupostos como os apresentados por Zagzebski.

exemplo. Mesmo fornecendo um vislumbre de uma noção das habilidades que um expert deve possuir, Croce não se aprofundou muito mais na definição dessa figura de autoridade. Essas habilidades seriam necessárias para que os experts lidem com seus pares, mas também existiriam habilidades que seriam voltadas para os leigos.

Robert Pierson (1994, p. 404-405) apresentou a ideia de que a expertise se dá em dois campos de atuação (ou sistemas): I) *Orientado para um sistema fechado (Closed-system oriented)*: que faz alusão ao sistema epistêmico que garante aos experts a capacidade de compreender o conhecimento baseado nas evidências e nos consensos que seus próprios pares produzem; II) *Orientado para o leigo (Layperson oriented)*: que faz alusão a um campo da expertise que terá como função orientar o leigo a partir dos conhecimentos obtidos em I), onde não haveria espaço para o leigo criar valorações sobre tais crenças e, somente, ao leigo caberia aceitar essas crenças partindo desse princípio. Mesmo apresentando essa definição, Pierson não se aprofundou em estabelecer uma base ou critério objetivo para elaborar uma definição mais explícita de como se caracteriza um expert.

Alvin Goldman (2001, 2021) procurou tentar compreender como se dá o reconhecimento da figura do expert, ou seja, como alguém pode ser reconhecido como um expert. Como um leigo reconheceria esse *status* de expert que os indivíduos possuem? A partir do diálogo Platônico *Cármides*¹⁵, Goldman (2001; 2021), para fundamentar esse reconhecimento, propõe que há dois tipos de abordagem que se pode fazer para obter tal reconhecimento: I) abordagem de *reputação* e II) abordagem *realista*. Em I) o que está em jogo é a reputação que a figura do expert possuiria em determinados círculos sobre conhecer ou possuir habilidades no domínio específico D. Em II) o expert se trataria de um indivíduo que possui conhecimentos (ou habilidades) genuínos e apropriados em D, e é capaz de responder e/ou resolver os problemas que surgem em D. Das duas abordagens, Goldman compreende que a realista é a mais adequada¹⁶. Segundo Goldman (2021, p. 87), a abordagem realista pode qualificar alguém a partir de dois critérios: a) critério comparativo de expertise e b) critério absoluto. Em a) é estabelecido que o expert deve ter, em termos de conhecimento, muito mais respostas corretas (e verdadeiras) para as questões que permeiam seu domínio de expertise, sendo um excedente quando em comparação com o conhecimento, das pessoas em geral, sobre esse domínio. Em b), que por si só é um critério mais vago, o expert deve

¹⁵ Em *Cármides*, através da personagem Sócrates, Platão questiona como um indivíduo pode distinguir entre um médico real e alguém que finge ser um médico.

¹⁶ Goldman acredita que a abordagem de reputação não é a melhor forma de definir um sujeito como expert pois um indivíduo pode muito bem ser um expert e não possuir uma relevante reputação, ou pode ser um expert que não demonstra em público seu conhecimento, por exemplo.

ter conhecimento e habilidades para resolver problemas específicos referentes ao seu domínio de expertise, e não pode se basear em uma noção de que ele é o “melhor dentre os piores”, isto é, um expert não pode ser legitimado unicamente porque os outros são “piores” ou possuem respostas “mais erradas” para responder as perguntas que surgem no seu domínio. Um expert deve ser genuinamente competente para atuar dentro do seu domínio de expertise.

Dessa forma, como seria possível a um leigo saber quais são os melhores experts? Para responder essa questão, Goldman (2021, p. 88-91) sugere quatro métodos que um leigo pode ter a disposição para ser capaz de eleger o melhor expert (ou o mais útil para suprir suas demandas): I) *Apelo ao treinamento e credenciais*: Um expert pode ser reconhecido pela sua titulação. Porém, muitas vezes, é complicado ao leigo avaliar qual expert é melhor a partir desse critério, uma vez que ele pode não saber (ou saber muito pouco) sobre como funciona a valoração das credenciais e das instituições credenciadoras, e, em casos em que há dois ou mais experts titulados na mesma instituição, pode ser difícil ao leigo saber distinguir qual dos dois é o melhor; II) *Apelo aos números*: O leigo poderia verificar se há outros experts no mesmo domínio e qual expert é considerado melhor. Entretanto, números, *per se*, não seriam sustentadores bons o suficiente para que um expert seja considerado superior a outro e, então, esse método, também, não seria o mais eficiente; III) *Comparando performances em um debate*: Um leigo pode comparar a performance de dois ou mais experts em um debate sobre o tema ou o domínio de expertise deles. Porém, pode ser complicado ao leigo avaliar qual expert é o melhor, pois o leigo não possui o treinamento necessário para compreender de forma avaliativa aquilo que os experts estão tratando no debate. Mesmo que a semântica do debate seja compreensível, o leigo, no geral, não possui o conhecimento necessário para verificar aquilo que os experts estão reivindicando como verdades em seus discursos. IV) *Histórico confiável (track-record)*: O leigo pode verificar os registros passados do expert e avaliar se este possui uma boa taxa de sucesso no que ele se propõe a fazer. Embora não seja um método perfeito, é o método que Goldman sugere ser o mais efetivo.

Entretanto, é racional ao leigo acreditar naquilo que os experts falam? Isto é, um leigo, quando quer saber sobre um assunto ou domínio específico, está justificado a acreditar naquilo que o expert comunica?

Para responder essa questão Goldman (2001, p. 88) apresenta um exemplo, onde um indivíduo A caminha na rua e passa por outro indivíduo B. Assim, enquanto se cruzam, B fala para A uma proposição matemática sofisticada que A reconhece, mas que nunca foi capaz de resolver (Pode-se pensar, para fins ilustrativos, em algo como o *teorema de Fermat*, ou uma proposição similar). A justificação desse enunciado estaria diretamente ligada com a figura daquele que

proferiu. Supondo que quem falou a proposição matemática foi um reconhecido professor de matemática, A teria muito mais evidências para acreditar que B possui um conhecimento muito mais adequado em relação ao enunciado e que, então, é racional que A o reconheça como um expert capaz. Entretanto, supondo que quem proferiu a proposição foi uma criança de nove anos, por exemplo, não seria racional a A reconhecer expertise nesse indivíduo (pode existir um caso específico em que uma criança de 9 anos superdotada possui um conhecimento muito vasto sobre o assunto. Entretanto, isso é passível de se considerar uma exceção ao usual). Com isso, Goldman sugere que a evidência empírica que A possui sobre B é um fator relevante para a justificação da crença do leigo sobre o que o expert comunica em seu testemunho.

Ainda, Goldman (2001, p. 89-90) investiga acerca de como um leigo (ou um iniciante¹⁷) deve atribuir credibilidade a um expert, principalmente em casos em que há dois ou mais experts que discordam entre si acerca de uma temática, assunto ou domínio. Ele, então, introduz o que chama de problemas *iniciante/expert* e *expert/expert*. No primeiro caso, Goldman se atém a uma forma na qual ele chama de problema *iniciante/2-expert*, em que o iniciante não está em uma posição em que pode atribuir valorização a opinião de experts conflitantes a partir de sua própria opinião, pois não possui bases suficientes ou conhecimento justificado suficiente dentro do domínio D que está sendo discutido. Assim, o iniciante reconhece que não possui a expertise necessária para compreender a discussão como um todo e, então, ele não tem a capacidade de usar das próprias opiniões sobre D para decidir qual opinião dos experts é mais adequada.

O segundo problema que Goldman pensa é o *expert/expert*, no qual ele endereça ao julgamento que um expert faz sobre seus pares, e usa de um conceito apresentado por Phillip Kitcher denominado *calibração*, que é relativo à atribuição de autoridade de um expert para seus pares, *i.e.*, de um expert para outro.

O primeiro tipo de calibração seria a *calibração direta*, em que o cenário se consiste na ideia de um expert usar suas próprias opiniões sobre D para avaliar o grau de autoridade que o seu par possuiria. A *calibração indireta*, por vez, faz menção a ideia de um expert usar a opinião (que já foi valorada pela calibração direta) de seus pares (*i.e.*, outros experts no mesmo domínio) para atribuir valorização sobre a autoridade de outro expert.

Goldman (2001, p. 91) afirma que há, também, experts que são de uma ordem distinta dos experts intelectuais (cognitivos). Indivíduos como violinistas, jogadores de bilhar, designers têxteis,

¹⁷ Iniciante, aqui, faz referência a indivíduos que possuem pouco conhecimento na área, pois ainda não se aprofundaram de maneira satisfatória no determinado domínio e ainda não são capazes de realizar aquilo que os experts fazem. Um exemplo de iniciante, neste contexto, poderia ser um estudante de graduação que, embora tenha contato com as temáticas e os assuntos, ainda não possui expertise suficiente para responder questões relevantes dentro dos domínios, embora possuam um conhecimento um pouco maior do que a maioria das pessoas sobre tal temática.

dentre outros, possuem certas habilidades práticas das quais possuem extremo domínio e, então, podem ser considerados como experts de uma outra ordem, que não intelectual (podemos chamar de *prática*)¹⁸.

Experts, dentro da abordagem realista, então, se definem em termos ligados à verdade, *i.e.*, termos verísticos, e possuem mais crenças verdadeiras dentro de D, do que a grande maioria das pessoas. Todavia, para que se seja qualificado como um expert cognitivo, um indivíduo deve possuir tal corpo substancial de crenças verdadeiras em D (ou seja, seu domínio de atuação), e precisa, também, ser capaz de explorar e extrapolar essas verdades, para que seja capaz de formar mais crenças verdadeiras a partir de respostas verdadeiras e da capacidade de fazer perguntas exploratórias e relevantes para a sua área. Isso vem de algum conjunto de habilidades e/ou técnicas que constitui a expertise.

Jennifer Lackey (2018, p. 233-237) aponta que o modelo de expert pensado como “autoridade” não seria o ideal, pois pode gerar problemas como o enfraquecimento da ideia de expertise em um domínio D e problemas subsequentes que podem extrapolar para outras áreas próximas de D. Quando se é uma figura que possui *status* de autoridade à nível epistêmico e duas dessas figuras de autoridade estão em conflito sobre D (por exemplo, a autoridade A defende que x, enquanto a autoridade B defende que $\sim x$), então parece que esse desacordo ameaçaria a estabilidade da noção de expertise em D. Um segundo problema relevante ao aceitar essa visão de expert como autoridade implicaria no fato de que tal visão não fornece recursos necessários para poder rejeitar, de maneira racional, o testemunho de uma autoridade quando este é notadamente falso ou ultrajante (a título de exemplo, pode-se pensar em um líder religioso que afirma para seus fiéis as mulheres são inferiores aos homens). Outro problema, então, seria o de como se é possível reconhecer essas crenças falsas ou ultrajantes, uma vez que se deve acreditar naquilo que a autoridade testemunha pois ela é mais apta¹⁹. Outro problema, também, que pode advir dessa noção de autoridade pode ser o da rejeição do status de alguém que era considerada uma autoridade. Se um indivíduo acreditava no testemunho de uma autoridade, então ele renunciou a muitas outras crenças para apreender aquilo que a autoridade acreditava e, então, excluiu normativamente diversas outras evidências que

¹⁸ Aqui, levemos em conta a diferenciação entre *know-how* e *know-that*. Experts intelectuais possuem conhecimento de que *p* (*know-that*), enquanto experts de ordem mais prática podem ter o conhecimento baseado em saber como realizar determinada tarefa ou ação X, sem necessariamente dominar os elementos teóricos e os fatos que circundam e justificam X (*know-how*).

¹⁹ Lackey pensa esses problemas, justamente, nos termos de Zagzebski, que afirma que é mais racional apreender a crença da autoridade do que tentar figurar tal resultado por conta própria. Isso se estenderia ao domínio dos experts, também.

poderiam ser relevantes para seu conhecimento em *D*. Essas perdas, para a autora, podem ter um efeito paralisante na vida epistêmica do sujeito.

A alternativa, então, que Lackey (2018, p. 238-239) sugere a essa noção de autoridade, é pensar o *expert como um consultor (expert-as-advisor)*, em que este não fornece testemunho radicalmente “oficial” sobre *p* e nem fornece razões preemptivas para que se acredite em *p*. O expert como consultor fornece *orientação* para o leigo formular melhor, por conta própria, aquilo que está em *p*, e que também seja capaz de melhor ponderar sobre *p*. Este modelo, segundo a autora, proporciona que haja muito mais recursos à disposição dos indivíduos para identificar quais experts são melhores para si (*i.e.*, para suprir suas demandas momentâneas, seja de conhecimento ou seja de problemas práticos), mesmo quando há situações em há divergência entre os pares. Isso seria possível pois esse modelo não se daria apenas baseando-se nos testemunhos e crenças dos experts, mas também nos seus traços de carácter mais amplo.

O modelo do expert como consultor, então, evitaria os problemas do modelo do expert como autoridade:

Primeiro, não há preocupações específicas de que a visão do consultor torne racionais as crenças de comunidades paradigmaticamente irracionais, como os supremacistas brancos, as seitas e os terroristas. Pois a racionalidade neste modelo envolve fundamentalmente a ponderação das evidências e, portanto, as crenças só serão tão racionais quanto o suporte evidencial que as fundamenta. Em segundo lugar, é muito claro como se pode rejeitar o testemunho de uma autoridade quando o que é oferecido é obviamente falso ou ultrajante: tal testemunho acabará por ser superado pela vasta quantidade de evidências de fundo que se tem sobre o tema. Finalmente, uma vez que outras evidências relevantes sobre o tema em questão estarão sempre disponíveis para deliberação, não há problemas em compreender como o testemunho de uma autoridade pode parecer claramente falso ou ultrajante. Também não vale a pena que o modelo do expert como conselheiro forneça os recursos para capturar muitas das nossas atribuições e práticas comuns que envolvem expertise. (Lackey, 2018, p. 241).

O modelo de expert como consultor explica, também, a dependência que os indivíduos possuem para com esse tipo de figura (*i.e.*, o expert), mesmo quando estão em situação de desacordo, uma vez que esses experts como consultores não diriam o que se deve fazer ou crer que *p*, mas ajudariam a pensar as formas de se fazer ou crer que *p*. Epistemicamente falando, Lackey (2018, p. 244) mostra que os sujeitos epistêmicos não devem rejeitar ou sonegar as próprias razões em algum domínio quando se confia em experts, por mais elaboradas, bem apresentadas e razoáveis que sejam essas razões²⁰.

Em suma, sinteticamente, pode-se, então, caracterizar um expert como alguém que possui um alto nível de conhecimento, habilidade ou experiência em uma área ou domínio específico,

²⁰ Ou seja, há uma má aceitação de noções “preemptivistas”, que eliminam o sopesamento entre as razões do sujeito e do expert testemunhante. É necessário ter esse movimento de ponderação de razões, o que evoca uma certa noção tangencial de criticidade. Entretanto, “ser crítico” nem sempre é a resposta para problemas dessa ordem. Para ver mais sobre essa discussão, ver Huemer (2005).

geralmente reconhecido por sua competência e capacidade de resolver problemas complexos e responder perguntas relevantes relacionados ao seu domínio ou área de atuação e podem, também, ser procurados para fornecer orientação, consultoria ou tomar decisões específicas relativas à sua área de especialização. A especialização geralmente é alcançada por meio de educação formal, treinamento extensivo e experiência prática ao longo do tempo, e há experts tanto no domínio intelectual quanto no domínio prático.

4. Considerações finais

Uma autoridade epistêmica é tal que, quando atribuída a um sujeito, dá a este um aparente privilégio quanto aos outros, que acreditam na superioridade do conhecimento (sobre determinado assunto) do primeiro em relação a eles. A justificativa dessa autoridade se dá na ideia de que o leigo está em uma posição de acreditar que o outro é tão capaz de ter crenças verdadeiras quanto ele, e, logo, merece ser acreditado. O movimento, então, que o leigo faz é o de apreender a crença da autoridade epistêmica preemptivamente, em detrimento de sua própria crença, substituindo-a pela crença da autoridade.

Um expert também pode ser compreendido como uma autoridade epistêmica, pois possui mais conhecimento sobre algum assunto ou domínio do que o leigo e, logo, também deve ser reconhecido como autoridade nesse domínio. Entretanto, diferente da autoridade epistêmica, que pode ser qualquer indivíduo, quando em relação ao leigo (pois é o leigo que elege a autoridade epistêmica para si), o expert, geralmente, possui uma legitimidade mais ampla, pois, usualmente, é alguém que possui títulos, formações e reconhecimento institucional, e que é capaz de produzir novos conhecimentos e solucionar problemas em seu domínio de expertise.

Para que A seja uma autoridade epistêmica para B, basta que B acredite que A é capaz de fornecer crenças que são mais verdadeiras do que se B tentasse (com o conhecimento limitado que tem disponível) chegar a crenças verdadeiras (ou mais verdadeiras) por conta própria. Essa dinâmica não garante, por exemplo, que A seja uma autoridade epistêmica para C. Entretanto, um expert é um expert em um domínio, pois, notoriamente, possui mais conhecimento (e conhecimento verdadeiro) sobre um tema, assunto ou área do que grande parte das pessoas e, justamente por ter esse maior conhecimento, é capaz de produzir e responder questões pertinentes e relevantes para o seu domínio de atuação. Um expert pode ser compreendido, também, como defendeu Lackey, como um consultor, para além da ideia de autoridade, pois garantiria à figura do expert e a relação do leigo para com esse status, uma maior estabilidade epistêmica, pois auxilia o leigo em uma maior e

melhor reflexão sobre o domínio do expert e permite ao leigo que este possa compreender e entender com uma maior “qualidade” as informações necessárias, e não somente as incorpore para si preemptivamente. Porém, a solução de Lackey não parece, em um primeiro momento, realmente solucionar todos os problemas práticos decorrentes desse tipo de relação. Esse modelo não é suficiente para suprir todas as inconsistências que podem decorrer das relações entre autoridade epistêmicas e experts, *i.e.*, problemas decorrentes de dependência epistêmica. Pensar o expert como um consultor parece não ser uma resposta suficiente ao problema da autoridade do expert, ao passo que apenas mudar a denominação de “autoridade” para “consultor” não sugere resolver, de fato, problemas advindos da disparidade epistêmica entre agentes muito capacitados e agentes leigos. O ponto a ser considerado nas relações entre experts, autoridades e leigos é justamente a existência de uma capacidade de fornecimento de justificações e ponderação de razões. Isso, por vez, é um dos maiores ganhos que Lackey nos oferece, justamente por tratar sobre o porquê não devemos simplesmente aceitar um relato de um expert ou de uma autoridade epistêmica de forma preemptiva: para mantermos um certo status crítico, que torne a dependência epistêmica de um sujeito no outro algo que possa estar atrelado a uma noção de real de sopesamento de razões, não devemos aceitar tão facilmente teses que privilegiem uma radical substituição de crenças, como a tese de Zagzebski e demais teses preemptivistas. Pretendo discorrer sobre esse tema futuramente, em outro artigo que trate exclusivamente de alguns desses problemas práticos.

Referências bibliográficas

- CROCE, Michel. Expert-oriented abilities vs. novice-oriented abilities: an alternative account of epistemic authority. **Episteme**, Cambridge: Cambridge University Press, v. 15, n. 4, p. 476-498, dez. 2018.
- DE GEORGE, Richard. The function and limits of epistemic authority. **The Southern Journal of Philosophy**, v. 8, n. 2-3, p. 199-204, 1970.
- FETT, João Rizzio Vicente. Anuladores. In: OLIVEIRA, R. E.; ETCHEVERRY, K. M.; RODRIGUES, T. V.; SARTORI, C. A. (Orgs.). **Compêndio de Epistemologia**. Porto Alegre, 2009, p. 23-31.
- GOLDMAN, Alvin. Experts: Which one should we trust?. **Philosophy and Phenomenological Research**, Wiley-Blackwell: New Jersey, v. 63, n. 1, p. 85-110, jul. 2001.
- _____. How can you spot the experts? An essay in social epistemology. **Royal Institute of Philosophy Supplements**, v. 89, p. 85-98, mai. 2021.
- HARDWIG, John. Epistemic Dependence. **The Journal of Philosophy**, v. 82, n. 7, p. 335-349, 1985.

- HUEMER, Michael. Is critical thinking epistemically responsible?. **Metaphilosophy**, Oxford, v. 36, n. 4, p. 522-531, 2005.
- JÄGER, Christoph. Epistemic authority, preemptive reasons, and understanding. **Episteme**, v. 13, n. 2, p. 167-185, jun. 2016.
- LACKEY, Jennifer. Experts and peer disagreement. In: BENTON, M. A.; HAWTHORNE, J.; RABINOWITZ, D. (Orgs.). **Knowledge, belief, and God: new insights in religious epistemology**. New York: Oxford University Press, 2018, p. 228-245.
- PIERSON, Robert. The epistemic authority of expertise. **PSA: Proceedings of the Biennial Meeting of the Philosophy of Science Association**, v. 1994, n. 1, p. 398-405, 1994.
- RAZ, Joseph. **The Morality of Freedom**. New York: Oxford University Press, 1988.
- WRIGHT, Sarah. Epistemic authority, epistemic preemption, and the intellectual virtues. **Episteme**, v. 13, n. 4, p. 555-570, dez. 2016.
- ZAGZEBSKI, Linda. **Epistemic Authority: A theory of trust, authority and autonomy in belief**. New York: Oxford University Press, 2012.